

# A IDEIA

revista de  
cultura  
e pensamento  
anarquista

n. 32-33  
Abril de 1984  
trimestral  
190\$00





## Almanaques libertários antigos

À semelhança de outros países, à semelhança de outras escolas, também o anarquismo português antigo se interessou pela publicação de almanaques. Foram apenas três — segundo as nossas pesquisas — os almanaques vindos a público, curiosamente espaçados por períodos de tempo precisamente iguais, conquanto as entidades editoras nada tivessem a ver umas com as outras e fosse dilatado o tempo que mediou entre estas iniciativas.

É em finais de 1899 que se publica em Lisboa o *Almanach Cosmopolita* (para 1900) (A.C.), com 72 páginas impressas na Tipografia do Comércio, Travessa do Sacramento ao Carmo, n.ºs 3 a 7, em Lisboa, custando 100 reis vendido avulso. Embora não sendo explicitamente dito, parece ser que o editor deste almanaque fosse a Biblioteca de Educação Nova, animada por A. Evaristo, com endereço no Largo do Tabelaio (à Calçada de Santana) n.º 1 - 1.º, em Lisboa, que por essa altura anuncia a saída em fascículos do romance *Germinal*, de Zola, e, em todo o caso, é a depositária deste primeiro almanaque libertário.

Entre os colaboradores portugueses figuram os nomes de César Porto, Kit (pseudónimo de Severino de Carvalho) e provavelmente José do Vale, que assina o texto de apresentação apenas com o apelido.

Já dentro do regime republicano, o grupo anarquista «Aurora Social», do Porto, que edita o importante semanário *A Aurora*, é o responsável por um novo almanaque que sai dedicado ao ano de 1913: é o *Almanaque de «A Aurora»*, (A.A.), de 143 páginas, preço avulso de 100 reis, que leva na portada mais os seguintes dizeres: em subtítulo, «Ciencia, Sociologia, Arte, Crítica, Literatura, Filosofia e Revolução Social»; Tércio Miranda aparece como editor; a propriedade pertence ao referido grupo; e a tipografia é a Minerva, de Famalicão. A sede era então na Rua do Captivo, 16 - 1.º, Porto.

Finalmente, a terceira e última iniciativa do género pertence à Secção Editorial de «A Batalha», ao publicar o *Almanaque de «A Batalha» para 1926*, (A.B.), num volume de 193 páginas que custava 5 escudos. A redacção, administração e composição eram no edifício da Calçada do Combro, 38 - A, 2.º, em Lisboa, tratando-se, pois, de mais uma obra editorial da organização operária portuguesa que tinha no diário *A Batalha* o seu principal motivo de orgulho.

1900, viração dos séculos; — 1913, ainda em plena ofensiva revolucionária;





— 1926, força operária institucionalizada. O acaso quis que 13 anos mediassem entre cada uma das edições e que elas representassem momentos bastante diferentes do desenvolvimento do anarquismo em Portugal. Vejamos então, rapidamente, aquilo que mudou — e que pode ser tomada à conta dessa evolução — de um para outro almanaque, depois de termos visto o que se mantém relativamente constante e pode ser entendido como característico destas publicações anarquistas. A questão das homologias e dissemelhanças com outros almanaques, com a categoria «almanaques», não é nossa intenção aqui tratá-la.

### As constantes

Pode pensar-se que as intenções gerais dos editores destes almanaques radicam sempre na oportunidade de fazerem *proselitismo*. A palavra «propaganda» não estava então carregada do sentido negativo que hoje, em larga medida, transporta. Por isso os anarquistas diziam abertamente que desejavam fazer o máximo de *propaganda* do seu ideal e assumiam-se como *propagandistas*.

Desta motivação de base dá conta o editorialista do A.C. quando refere «o dever, que o panfletário marcava a todo o homem, de publicar o seu pensamento» (A.C., p. 5).

Ser almanaque, implicava imediatamente — para os editores — a assunção de um certo quadro característico de publicação: a referência cronológica ao ciclo anual, a leitura distrativa, as informações práticas, as «curiosidades», a cultura literária e a divulgação científica. É esse quadro característico dos almanaques que o mesmo editorialista tem em mente quando cita «as suas três características — mais uma do que todo o fiel católico dá ao seu Cristo — a de livro, a de revista e a de jornal» (A.C., p. 5).

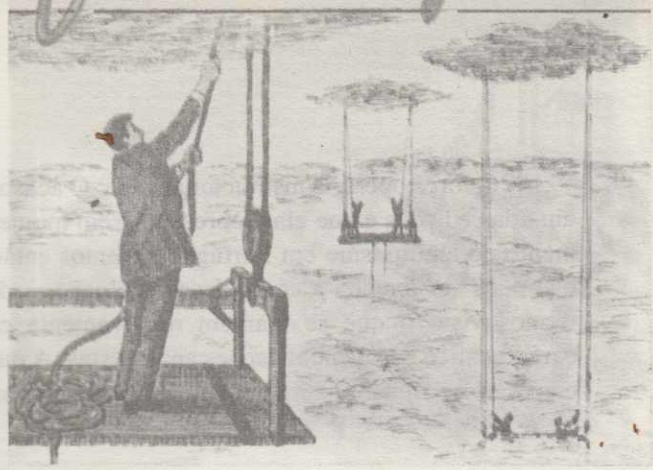
É assim lógico que encontremos, nos três almanaques, referências paralelas à divisão do tempo, particularmente ao tempo anual. O A.C. inclui logo quase de início uma secção a que chama «1900 — Cronologia» e que consiste nos mapas-calendário dos doze meses do ano. Como porém se trata de uma obra propagandística, cada mês vem acompanhado da descrição de uma efeméride, facto ou biografia, que a ele se reporta: sucessivamente aparecem Proudhon, Gutemberg, a Comuna de Paris, Franklin, o 1.º de Maio, Bákunin, a tomada da Bastilha, Lassalle, a Internacional, Fourier, os mártires de Chicago e Cesar de Paepe.

Por seu lado, o A.B. trata cada mês do ano de maneira mais completa, com várias páginas de informação histórica do calendário respectivo, fases da Lua, horas de nascer do e pôr do sol, movimentos solares e estelares, indicações culinárias, de medicina caseira, cultura agrícola, etc.

Quanto ao A.A., optou por minimizar a parte calendário, reduzindo-a aos habituais quadros, ao mesmo tempo que concentra numa «Miscelânea astronómica, cronológica e geográfica» toda a informação deste género que os seus colegas dispersaram por secções mensais.

Outros trabalhos completam este tipo de leitura; designadamente «Calendários», assinados por Hostiling e Frédéric Stackelberg (A.C., pp. 7-13), ou «A Formação da Terra





## COMO FALAM OS VELHOS ALMANAQUES

O Almanaque Português é mazombo ou piegas. Desde que nasceu no regaço da corte, até que se democratizou no Borda d'Água — ou não fossemos um país de navegadores — jamais nos deu uma sensação. Quando muito dava-nos um mau soneto ou um horrível acróstico, um logogrifo estúpido ou as luas erradas.

Gaston Tissandier, falando dos almanques, franceses, já se vê, achava-os proféticos; os nossos avós, cheirando o seu simonte, deviam dar murros nos móveis ao armarem-se do «Josésinho» para irem à rua e ao cair-lhes em cima um calor tropical ou saírem de quinzena e desabar sobre eles água que chegaria para um mês.

Os franceses fizeram os seus almanques com arte, bem gravados, interessantes, madrigalescos, deram-lhes nomes encantadores *Le prix de l'amour*, *Ce qui plaît aux dames*, *Almanack des muses*, etc.; nós, grave e prosaicamente, demos, quando muito, receitas de cozinha.

Foi um fracasso, quando se publicou, o Almanaque Português e ninguém diria que ele devia ter utilidade muitos anos depois de ter corrido com licença das autoridades. Hoje, um velho almanaque nacional é uma lição de história do passado e uma saudade; é um ensinamento útil para o futuro e um motivo de pasmo. Chegou Janeiro. Vão falar os velhos almanques.

O de 1782 — o primeiro almanaque de Lisboa — fala-nos da Casa dos Vinte e Quatro e, enquanto sentimos hoje os homens de mister fora das coisas públicas, lá vemos espadeiros e cerieiros, lojistas e alvêis governando e dirigindo como procuradores de seus officios. Mostra-nos como

havia 23 aulas de gramática e como não existiam jornalistas, 3 de retórica e não se faziam comícios, 7 de filosofia racional e não havia filósofos de profissão, 3 de grego e não nos víamos gregos como actualmente, em que já não se aprende semelhante idioma senão na Grécia e em que o Alpha e o Omega são apenas começos e fins de vida sem se olhar aos meios. Esse almanaque até marcou os trovões de 1781 e podemos asseverar, pela fé dos escritos, que durante esse ano houve 200 dias claros, 88 com simples nuvens e 77 toldados.

Que saudades! Toldados são eles agora todos, ou pelos homens, ou pela natureza.

Mas, basta de suspiros. Em 1851 reinou Mercúrio e um soberano — a libra — valia 4\$600 ao câmbio. Era presidente do conselho o conde de Tomar e os queijos da sua terra custavam a vintém a dúzia; os estrangeiros pagavam os nossos 24\$000 reis por 30 e a circulação das notas do Banco de Portugal era de 324.780\$000 reis. Apesar de estarmos no tempo de Mercúrio, ele não actuava no termómetro das subsistências nem no preço dos cereais, exageradamente.

Eles compravam-se, duma maneira simplista e barata, e mil reis valiam 6 francos e 30 cêntimos. O trigo rijo do reino, como então se dizia, custava de 300 a 510 reis e o mole de 360 a 560; o das ilhas, 300 a 480; a cevada, de 160 a 250; o milho, de 240 a 340; o centeio, de 180 a 300 reis e havia-os sempre em abundância, assim como os exóticos, a preços correctíssimos.

Quanto aos preços do vinho causavam pasmo nos entendidos, pois diziam, assombrados, que no



— A Origem do Homem», de Camille Flamarion (A.A., pp. 24-30).

Há também sempre presente a preocupação de dar informações práticas para o dia a dia da vida social: são disso exemplo as «Indicações Úteis» tiradas do Código Civil e do Código Comercial sobre o «serviço assalariado» e os «caixeiros», respectivamente, ou ainda sobre o imposto do selo ou as taxas dos correios e telégrafos (A.C., pp. 63-67); ou o capítulo «Legislação» onde se condensam notas sobre os acidentes de trabalho, os árbitros-avindores, o inquilinato e a regulamentação do trabalho (A.B., pp. 156-157).

Outro traço comum é a preocupação da leitura literária, do conto ou do poema de fundo social, que inspire à revolta ou à consciência. Podem citar-se, neste caso, «A União Faz a Força», de Lamennais (A.C., p. 34), o soneto de Antero «Disputa em Família» (A.C., p. 38), «O Velho Cão», poesia de Guilherme de Azevedo (A.A., p. 38), etc. Contudo, no A.B. este aspecto é reduzido à sua expressão mais singela: a de simples máximas e pensamentos, as mais das vezes garantidos com a assinatura de um personagem universalmente conhecido.

E por falarmos em personalidades, ocorre registar a preocupação de todos os editores em socorrer-se de textos traduzidos de autores estrangeiros, onde um fundo de moralidade e filosofia social, ou de cientismo, estejam presentes. Eis uma mão cheia desses nomes: Schiller, Tourgot, Lamennais, Oscar Wilde, Ibsen, Spencer, Cristo, Jaurès, Guesde (todos no A.C.); Tolstoi, Flamarion, Letourneau, Mirbeau, Shelley, C. Gide, Buchner (no A.A.); Seneca, La Bruyère, Franklin, Marco Aurélio, Bossuet, Rousseau, Cicero, Santo Agostinho e outros (A.B.). E quanto aos anarquistas propriamente ditos, não faltam evidentemente nomes como Reclus, Domela Nieuwenhuis, Kropótkin, Jean Wintsh, Delaisi, Malatesta, Cornelissen, Fábio Luz, Malato, Max Nordau, etc.

## As diferenças

Vejamos agora aquilo que mais distingue, entre si, os três almanaques libertários a que nos vimos referindo.

A diferença de dimensão (A.C. 72 páginas; A.A. 143; A.B. 193) é uma realidade, mas ela dá pouca conta da evolução havida, salvo no aspecto — contudo importante — de que as capacidades financeiras dos editores foram aumentando. Não possuímos as tiragens exactas, mas é provável que este segundo aspecto — da difusão — esteja directamente relacionado com o anterior. Isto é: meios económicos e capacidade de difusão terão sucessivamente aumentado de 1900 para 1913, e de 1913 para 1926.

Mais importante nos parece contudo a estrutura temática de cada um dos almanaques e a evolução que aqui podemos identificar. Assim, o A.C. mostra-nos um anarquismo relativamente pouco característico, com largas zonas de transição e de transigência para com outros sectores ideológicos vizinhos. Por um lado, encontramos textos sobre a propriedade, a exploração do trabalho, as cooperativas, etc., que são de conteúdo genericamente socialista (e alguns de autores socialistas) e que os anarquistas podem assumir também. Um exemplo: «Para os cooperativistas puros, o cooperativismo é um *fin*. Para nós, é apenas um *meio*, e meio poderoso de organização da classe operária». E há outros artigos da mesma índole.



Minho se chegara a pagar uma pipa de verde por 24\$000 reis e o maduro a 90 e 110\$000 reis a pipa. No ano de 1849, declarava um velho almanaque, a política permanecia na mesma e que a revolução depuzera as armas, vencida, mas não convencida. Havia, porém, uma ansiedade de fomento na indústria, a ponto de se fazer uma exposição da Sociedade Promotora na sala do Risco do Arsenal.

Mas o que era essa indústria nacional de 1849?!

Eram as fábricas de lanifícios de Torres Novas e do Calvário, a de Alenquer, a Lisbonense, a de Portalegre, eram as fábricas de refinação de açúcar em Rio de Mouro e em Alcântara, as de vinho moscatel, em Setúbal, as fábricas da fundição de metais dos srs. Collares, do sr. Peters e a cutelaria do sr. Polycarpus.

Tudo parecia anunciar um bom ano, mas vieram as trovoadas, as geadas, os horrores e chegaram também as falências que, neste tempo, constavam, assim, em grosso, dos almanaques.

Em 1873 corria-se a cidade todo o dia, de trem, por 4\$000 reis e dez pessoas iam de *char-à-bancs* para fora de portas por 6\$000. Quatro viténs era o preço duma viagem no americano a Belém e a Sintra; no carro, de ida e volta, pagava-se dez tostões. O comboio até Torres, 1\$950, e em primeira classe; até ao Porto, 6\$300 e quem quizesse ir a Tuy, bastava-lhe dispender 8\$000 reis na passagem. Com 180\$000 ia-se a Madrid e com 150\$000 reis a Sevilha. Amsterdam, Copenhaga, Viena, S. Petersburgo, estavam ao alcance de quem quizesse pagar o transporte pela miséria dos seus ordenados mensais que os continuos dos ministérios hoje desdenhariam, 58\$650, 70\$700, 78\$780 e 106\$740. Paris, com a sua república implantada de fresco, aparecia aos olhos do estrangeiro por 48\$000 reis de comboio! E tudo era tão barato, nessa época, que, para se ter aberta uma taberna ou casa de pasto bastava pagar de licença

2\$000 reis anualmente.

E os banqueiros?! Não havia estabelecimentos luxuosos, mas também não se corriam grossos riscos nem se temiam os abalos das casas sólidas. Na rua dos Capelistas, os FONSECAS, Santos & Vianna, instalados no número 120; o Fortunato Chamiço e o Ricardo de Carvalho, na rua dos Fanqueiros; o Moser, era corretor de número, na rua do Ferregial n.º 3, e havia os Gomes Netto e o Gavazzo, no Cais do Sodré e no Alecrim. Negociantes matriculados, cujos nomes honrados ainda se evocam com os seus descendentes, contavam-se como colunas da praça, profundamente honesta, de Lisboa, na qual os falidos se suicidavam. Quase formaram dinastias aqueles admiráveis mercantes que, à hora da sua morte sabiam ser o trespassse das suas vidas, a liquidação da sua existência, mas não as dos seus estabelecimentos. Eram os Serzedelo, do Corpo Santo; os Anjos, da rua dos Fanqueiros; o Abreu, da rua Nova do Carvalho; o Oliveira Soares, da rua dos Fanqueiros, 133; o Germano Arnaud, do Cais do Sodré; o João H. Ulrich, do Tesouro Velho, 12-2.º; Pinto Bastos, da rua de S. João dos Bemcasados; Castro Guimarães, de Santo Antão, 46; o visconde dos Oivais, de Buenos-Aires, 16, e os estrangeiros contavam-se também com a aureola que deixaram aos seus descendentes, quase todos tornados portugueses: Aflalo, Wanzeler, Apleton, Ivens, Pressler, Boniz, Burnay, Schroeter, Dejante, Dray, Driesel, Plantier, Katzenstein, Bensabat, Mayer, Busaglos, Levy, Peters, Piombino, Rau, Saragga, Seruya, Torlades, Amzalack, Zagury. Tais são os nomes seleccionados no comércio nesse ano, em Lisboa, e que continuam, muitos deles, a ter o mesmo eco de linha honrada nos seus negócios, tendo outros deixado o tráfego mas continuado a viver dignamente em Portugal. No Porto, eram D. Adelaide Ferreira, Bomjardim, 250; Calem, na Praia do Oiro; Bernardo Ferreira,



Por outro lado, existem textos orientados para o combate à igreja católica e à religião, que se não distinguem (nem pelos argumentos, nem pelos autores) da literatura usada pelo sector republicanista português. É o caso, por exemplo, do soneto de Marinha de Campos dedicado a Franklin e contra os preconceitos religiosos («O Pára-Raios», A.C., p. 33). E como ilustração deste anarquismo proletário largamente anti-clerical não resistimos a transcrever na íntegra um «Credo do Operário» (A.C., pp. 60-61) que reza assim:

«Creio na Revolução Social, como em coisa onipotente, portadora de bem-estar material e moral para toda a humanidade; creio na Liberdade, sua filha primogénita, única esperança nossa, a qual foi concebida por obra do sofrimento e nasceu do sangue dos mártires, padeceu sob o princípio da autoridade, foi crucificada, julgada morta e sepultada, desceu às trevas por efeito das perseguições, mas na aurora dum grande dia, quebrando as cadeias, ressuscitará como se fosse da morte, subirá às mais altas cumeadas da terra, sentar-se-á à direita de quarenta séculos de embrutecimento, e de lá inaugurará o reino da Igualdade, da Justiça e da Verdade; creio enfim no espírito-santo das rebeliões, na Santa Causa dos oprimidos, na comunhão dos bens, na ressurreição do proletariado, na restituição das coisas roubadas, e na vida feliz de todos e para todos. Assim seja».

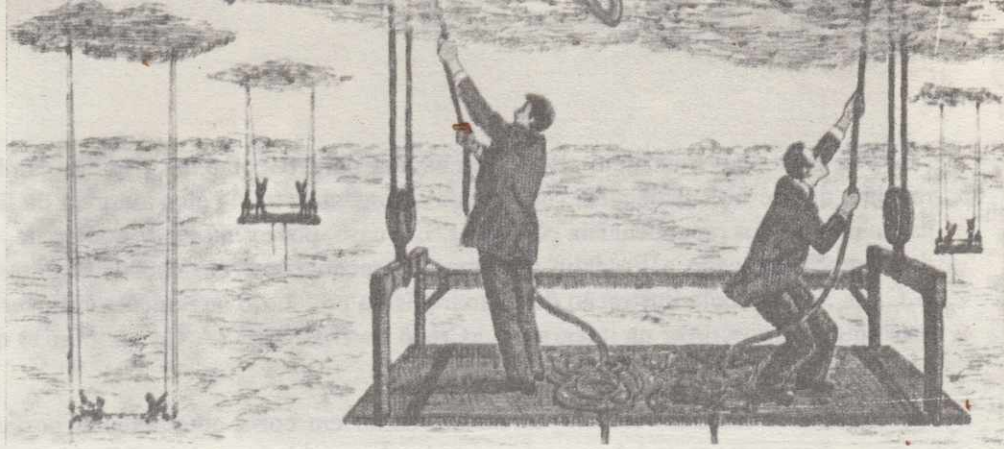
Mesmo nos textos de anarquistas confessos, com Severino de Carvalho («Definições: I- Da Economia; II- Do Socialismo», A.C., pp. 35-37), César Porto («A Questão Social é Social», A.C., pp. 29-32) ou Domela Nieuwenhuis («Uma Fábula», A.C., pp. 56-58), a ideologia propagandeada é um anarquismo de mão estendida a socialistas e republicanos, ou seja, um anarquismo que pretende influenciar os movimentos operário e republicano, sem provocar demasiadamente as iras dos respectivos corifeus.

O mesmo se não passa já com o A.A. Neste, o anarquismo veiculado parece estar no máximo da sua pujança e auto-afirmação. Se ainda se podem encontrar velhos textos de Guerra Junqueiro ou de Ramalho Ortigão, o anarquismo tem agora espaço para se desdobrar em variadas facetas e cambiantes, abrangendo temas e áreas bem mais vastas da vida social. Por exemplo, «A Medicina e o Proletariado» (J. Wintsh, A.A., pp. 49-53), «Miséria e Revolução» (Zeno Vaz, aliás Neno Vasco, A.A., pp. 55-59), «Como se faz um Deputado» (F. Delaisi, A.A., pp. 59-66), «Sindicalismo Revolucionário» (Neno Vasco, A.A., pp. 67-77), «Produção e Distribuição» (Malatesta, A.A., pp. 81-83), «Deus e Pátria» (A. Alacid, A.A., pp. 104-106), «Filhos?» (G. Santos, A.A., pp. 102-103), «A Comuna de Paris» (Malato, A.A., pp. 107-110), «A Revolução Mexicana» (C.V. Santos, A.A., pp. 121-123), «11 de Novembro de 1887» (A.A., pp. 127-128), «Amor Livre» (A. Altavila, A.A., pp. 129-130), «Em Colónia Libertária» (E. Chapelier, A.A., pp. 131-140).

Como se pode pressentir, os temas aqui tratados vão até a certos aspectos sociais da saúde, o neo-maltusianismo, a união e o amor livres ou a vida em comunidade, para além dos temas mais habituais do sindicalismo e da revolução e das evocações da sua história própria, como a Comuna de Paris ou os mártires de Chicago.

Finalmente, a impressão que se desprende da leitura do A.B. é a de que se está perante





Trindade, 17; Canedo, rua das Flores; Menezes, Príncipe, 107; Pinto de Araújo, Feira de S. Bento, 18; Pinto Bessa, Almada, 45; e os estrangeiros Shore, Andressen, Bile, Brown, Cassels, Coverley, Courrage, Croft, Chardron, Sellers, Kopke, Camanho, Sandermann, Spratley, etc.

Os males de Portugal não os afugentaram. Ficaram sendo nossos, embora a vida se tornasse dura, comparada com a do seu tempo.

Em 1873 metia-se um garoto num colégio interno por 40\$000 reis mensais e um cento de bilhetes de visita custava um cruzado em bom cartão Bristol, um quilo de chá, do melhor, o Pelouro celebrado, obtinha-se por 7\$000 reis e quem amasse o bom vinho não tinha mais do que escolher desde o Carcavelos a 300 reis a garrafa até ao Champagne estrangeiro por 2\$250! A comida regulava por 800 reis, cinco pratos ao jantar, no Hotel Central e 1\$500 a hospedagem completa. E o pão? Havia-o fresco de manhã e à noite, sendo o mais caro a nove vinténs o kilo e o de 2.<sup>a</sup> a seis, o de 3.<sup>a</sup> a tostão!

Depois do jantar, o teatro, e por entre 600 a 700 reis podia-se gozar o espectáculo desde a tragédia de D. Maria à palhaçada do Price. O povo tirava a sua varanda por um tostão e via representar as grandes celebridades.

Assim se vivia. Para morrer bem com Deus e ser-se enterrado em coche, bastava pagar 19\$200 ao sacerdote que encomendava esses defuntos que tão barato tinham vivido.

E os empregados públicos?! Chamavam-lhes já um enxame mas, no fim de tudo, pobre colmeia ela era.

Os ministros eram Fontes, que fizera a remodelação constitucional; Rodrigues Sampaio, cuja pena se tornará celeberrima; Serpa Pimentel, escritor, Andrade Corvo, escritor muito ilustre;

Cardoso Avelino, Barjona de Freitas, tudo nomes conhecidos e que antes de chegarem ao mando, tinham dado as suas provas de talento.

No ministério do reino havia dois directores gerais, nove chefes de repartição que eram primeiros oficiais, 12 segundos oficiais e 34 amanuenses; na guerra, 1 oficial maior, 2 primeiros oficiais e 4 segundos, 11 amanuenses e 100 oficiais do exército em todas as repartições. Na Câmara Municipal, 1 chefe e 3 sub-chefes, 2 primeiros oficiais, 9 segundos, 5 terceiros oficiais e um arquitecto.

Nos outros ministérios tudo regulava do mesmo modo e os deputados nem sequer tinham honras de almanaque, que dum modo deselegante e desanimado, falam hoje mais eloquentemente do que o faziam nos anos das suas aparições.

Quem diria que um velho almanaque português, um livresco esquisito, mal encadernado, ainda havia despertar uma saudade, mesmo na alma de quem na sua época não viveu?!

Quanto ao almanaque estrangeiro, ao mais antigo e que ainda dura, quase com o mesmo tipo e as mesmas intenções, o Gotha, esse era muito eloquente também, quase um século depois do seu nascimento, aí por 1855.

Napoleão abria a sessão legislativa. A Rússia recusava reduzir a sua força armada, a França e a Inglaterra vigiavam a Áustria, o Hanovre estava diante da Dieta Germânica, a França e a Pérsia fraternizavam em Teerão, havia uma revolução em Montevidéu, os russos estavam vitoriosos em Anatólia, o príncipe Gika decretava a liberdade de imprensa na Moldávia e o eleitorado de Hamburgo publicava a nova constituição que devia ser apresentada à burguesia. No fim de contas o mundo era o mesmo; simplesmente era tudo muito mais barato.



um anuário de uma (relativamente) grande organização. A vivência proselitista, o vigor da convicção, parecem dar lugar a outros princípios de racionalidade e às razões colectivas, neste caso o movimento da Confederação Geral do Trabalho.

Com efeito, arrumada a «parte almanaque» nas primeiras 50 páginas, o resto do volume é simplesmente ocupado por um longo texto firmado por Alexandre Vieira sob o título «Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal, de 1908 a 1919» (que as Edições Base reeditaram à parte, em 1977), uma «Resenha dos factos mais importantes ocorridos de Fevereiro de 1919 a Junho de 1925» (excelente cronologia tirada d'*A Batalha*, com algumas fotos), um conjunto de biografias de militantes desaparecidos nos últimos anos e, finalmente, um repertório dos organismos sindicais, imprensa, etc. — para além, é claro, das pequenas citações e curiosidades que enchem os «brancos» da estrutura do livro.

Da modéstia e alguma ingenuidade de 1900, passa-se, pois, para a exuberância propagandística de 1913 (apesar de tudo bem relativa, se a compararmos com outras formas coevas de propaganda anarquista). A hipoteca republicana tinha sido resgatada através das provas da revolução e das lutas sociais de 11-12, enquanto a guerra europeia, fazendo pairar a sua sombra sobre todo o período, parecia ainda — aos olhos de muita gente — susceptível de ser travada *in extremis* e, sobretudo, transfigurada em revolução social. O almanaque de 1926 transporta nos seus cromossomas os estigmas de uma guerra consentida e de uma revolução falhada (a russa). É por isso compreensível que o entusiasmo esteja ausente. A organização pode, pois, ditar as suas leis, orgulhar-se do seu historial, exhibir a dimensão da sua influência indesmentível.

Esta é, claro está, uma leitura minha, não de todo justificada por argumentos mensuráveis e indesmentíveis. O que não impede que, nas intenções dos indivíduos que planearam, colaboraram e realizaram estes almanaques libertários, continuasse a ser a «propaganda da Causa» a primeira das suas preocupações. Todos certamente poderiam subscrever as palavras do editorialista de 1900 quando este dizia que: «À chusma de almanaques que em fim de ano é por aí de rigor, mais um se ajunta — não à toa e sem reflexão, mas no firme propósito de ajudar, dentro de suas pequenas forças, à marcha da verdade, à grande obra de educação, que tantos e tão grandes espíritos traz empenhados, para libertação dos indivíduos e da sociedade» (A.C., p. 6).